



POPULAÇÃO RURAL, AGRICULTURA FAMILIAR E TRANSMISSÃO DO SABER NA REGIÃO SUL

Anael Pinheiro de Ulhôa Cintra

Engenheiro agrônomo, pesquisador do IPARDES

E-mail: anaelcintra@ipardes.pr.gov.br

Angelita Bazotti

Socióloga, pesquisadora do IPARDES

E-mail: abazotti@ipardes.pr.gov.br

Resumo: As transformações demográficas da última década, em especial a queda da taxa de fecundidade, têm reduzido o número de membros nos domicílios rurais. A redução da participação dos jovens na população rural, bem como o seu envelhecimento, serão abordados neste artigo sob a luz da manutenção da transmissão do saber nos estabelecimentos da agricultura familiar. A transmissão do saber exige certas configurações mínimas quanto ao número de membros da família, e as alterações em sua composição devem ser acompanhadas de políticas públicas específicas para a sua manutenção no meio rural.

Palavras-chave: Agricultura familiar. População rural. Envelhecimento.

INTRODUÇÃO

Desde os anos 90, discute-se o processo de envelhecimento, masculinização e a dificuldade de sucessão dentro da agricultura familiar. Esta discussão ainda é válida quando olhamos para o quadro da população rural no sul do país, a qual nos dedicamos a estudar neste trabalho. Pretende-se, preliminarmente, discutir as mudanças demográficas do meio rural da Região Sul do Brasil, com base nos primeiros resultados do Censo Demográfico 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que mostram uma redução dos grupos etários mais jovens e um envelhecimento populacional, não somente pela ótica migratória, como já descrito por Abramovay e Camarano (1999), mas também pela queda da taxa de fecundidade (MAGALHÃES E CINTRA, 2010).

Fenômenos como o êxodo rural, a popularização dos meios de comunicação e a valorização e glamorização do meio urbano fizeram com que os jovens e, principalmente as jovens mulheres, fossem para o meio urbano, deixando no rural os homens e os velhos. Esse retrato tem sérias implicações, como a efetivação do matrimônio, a reprodução da família, a sucessão na propriedade e a dependência financeira da previdência rural.

Estas considerações têm sido debatidas principalmente sob a ótica do êxodo rural. Além disso, a redução do número de jovens identificados a partir dos dados do Censo Demográfico vem não apenas reafirmá-las, mas também mostrar o acentuado processo de envelhecimento, verificar as diferenças neste processo nos estados da Região Sul e tentar suscitar novas considerações e alternativas a este quadro.

1 TRANSFORMAÇÕES NA FAMÍLIA

A fim de situar nosso pensamento e entendimento, retomamos parte de um trabalho anterior (CINTRA, NAZARENO E BAZOTTI, 2009) para dizer o que entendemos por agricultura familiar. Ao tentar sintetizar os conceitos de agricultura familiar, pode-se entendê-la “como sendo aquela em que a família, ao mesmo tempo em que é proprietária dos meios de produção, assume o trabalho no estabelecimento produtivo” (WANDERLEY, 1996, p.2). Pelo mesmo caminho, Abramovay cita Gasson e Errington, quando estes elencam seis elementos básicos que caracterizam os agricultores familiares: “a) a gestão é feita pelos proprietários; b) os responsáveis pelo estabelecimento estão ligados por laços de parentesco; c) o trabalho é fundamentalmente desenvolvido por membros da família; d) o capital envolvido pertence à família; e) o patrimônio e os ativos são objetos de transferência intergeracionais no interior da família; f) os membros da família vivem na unidade familiar” (GASSON; ERRINGTON, 1993, citado por ABRAMOVAY, 1997, p.74). Outros autores (SCHNEIDER, 2003; CHAYANOV, 1981) também avaliam que a característica principal da agricultura familiar está em reunir ao menos o tripé gestão, propriedade e trabalho familiar. A combinação destes três elementos identifica que um estabelecimento familiar é, ao

mesmo tempo, uma unidade de produção e de consumo; uma unidade de produção e de reprodução social. Isto leva a pensar que, para a análise desse tipo de estabelecimento, faz-se necessário tratar a família como uma unidade indivisa de produção, que detém o controle da exploração agrícola. Entendendo que a agricultura familiar caracteriza-se pela gestão do estabelecimento e do trabalho, tem-se que o grau da autoexploração equilibra-se entre demanda familiar e penosidade do trabalho. São as famílias produtoras que determinam a quantidade de trabalho a ser realizada, por cada membro, no dia ou na semana. Quando surge a necessidade de mão de obra adicional, pode-se aumentar o trabalho da família, permitindo à unidade econômica incrementar sua produção e satisfazer plenamente a demanda familiar (CHAYANOV, 1981, p.139). Dessa forma, a proporção entre membros da família e membros da família envolvidos na produção do estabelecimento poderia ser um dado identificador da típica agricultura familiar.

Observa-se que essa categoria da agricultura está inteiramente ligada às mudanças demográficas que estão ocorrendo no rural. É ela que sente diretamente os efeitos nas mudanças do número de membros na família, a dificuldade de sucessão, entre outros.

Algo que queremos pensar aqui é como a agricultura familiar viabilizará a transmissão do saber para as futuras gerações neste quadro de envelhecimento, diminuição do número de membros e masculinização. Não é um conhecimento que se escreve, que se passa para estranhos; é algo que precisa ser transmitido ao longo do tempo a quem o agricultor confia, a quem ele sabe que respeitará aquelas regras, etc. O saber na agricultura está diretamente ligado à produção, às formas de lidar com o tempo e com o espaço agrícola e rural.

A seguir, faremos uma pequena discussão sobre as formas de herança do saber que se inscreve nas lógicas do processo de trabalho, a distribuição espacial da população, as configurações de tamanho das famílias residentes no meio rural e as possibilidades de sua reprodução na contemporaneidade.

2 A REPRODUÇÃO DO SABER

O trabalho se apresenta sob diversas formas, de acordo com os processos de ocupação e colonização num determinado momento histórico. Segundo Woortmann e Woortmann,

O processo de trabalho dá-se pela articulação de forças produtivas com relações sociais de produção. A noção de forças produtivas, tal como é utilizada pela sociologia, significa o conjunto de fatores de produção: recursos disponíveis, homens e instrumentos de trabalho. Os elementos desse conjunto se combinam de maneira específica em cada sociedade específica, ou em cada momento histórico de uma sociedade, para produzir o que ela necessita. Contudo, nem os recursos, nem os instrumentos e os homens existem socialmente sem a cultura. É o saber que permite usá-los e é a cultura que lhes dá significado, inclusive para mais além da materialidade ou da instrumentalidade prática do trabalho (WOORTMANN e WOORTMANN, 1997, p.10).

Recursos, instrumentos e as pessoas precisam estar conectados ao saber e à cultura, pois é o saber que permite usar os três primeiros, e a cultura que lhes dá significado. Assim, todos estes elementos serão úteis dentro de uma determinada cultura, onde têm significado e importância. Talvez aí esteja a ligação tão forte do camponês à terra e à sua comunidade, pois é nesse espaço que o seu saber é usado com maior aproveitamento.

Os mesmos autores chamam atenção para o fato de a sociologia e a economia centrarem seu foco nas “forças produtivas”, relegando as “relações de produção” a um segundo plano. “Embora essa noção esteja geralmente vinculada à idéia de classes sociais, podemos dar-lhe outro sentido, voltado para as relações que se estabelecem no interior do grupo social específico que realiza a produção; no caso do trabalho camponês, a unidade familiar” (WOORTMANN e WOORTMANN, 1997, p.10).

É no interior da unidade familiar que podemos encontrar os processos de transmissão do saber que permitem maximizar os recursos e instrumentos disponíveis. Faz-se necessário levar em conta que não é somente o meio físico, o solo, os tipos de culturas, a tecnologia, que permitem que o campesinato se reproduza ou se extermine frente ao capitalista, como é corrente encontrar nas ideias de economistas, agrônomos, etc.

Existe por trás dos fatores de produção e do meio físico, recursos inerentes ao próprio camponês, como os chamados “meios intelectuais” que são transmitidos durante o processo de trabalho e segundo Woortmann e Woortman (1997):

podem ser entendidos como os modelos de saber pelos quais e com os quais o homem age sobre a natureza. Os meios materiais só existem socialmente a partir dos meios intelectuais, e é por intermédio destes que a natureza se torna socializada. Há como que um “trabalho das ideias” que antecede e informa o trabalho “material”. O primeiro transforma o mundo desconhecido num ordenamento cognitivamente apreendido, permitindo ao segundo transformar a natureza em espaço de cultivo (WOORTMANN e WOORTMANN, 1997, p.11).

A transmissão do saber no campesinato não se dá através dos bancos escolares, nem de apostilas ou cartilhas de passagem; o compartilhamento desse saber se dá no próprio trabalho, no dia a dia, no saber fazer, no aprender observando, no fazer executando. Importante ressaltar que este saber está ligado diretamente à produção. É através do saber que o camponês coordena a atividade produtiva e, principalmente, a partir dela, a sua própria reprodução enquanto grupo social:

A produção é central para a reprodução do grupo, visto como um todo, e para cada grupo doméstico específico que a realiza, que é também a unidade de reprodução da força de trabalho. Se a produção é central para a reprodução, e se é pelo trabalho que se constrói a família, é pelo saber “técnico” que ela se faz e é o controle sobre esse saber que faz a hierarquia do grupo doméstico. Exerce-se o poder porque se detém o saber. Na hierarquia da unidade produtiva, o pai de família (no plano público) governa a família porque governa a produção; governa o processo de trabalho porque “domina” o saber. O saber “técnico” é, portanto, fundamental para a reprodução da estrutura social (WOORTMANN e WOORTMANN, 1997, p.12).

Nos diversos tipos de campesinato há vários graus de domínio do saber. No entanto, nos grupos em que as lógicas da produção são regidas pela hierarquia familiar, o “pai patrão”, além de ser o detentor do saber,

é o detentor de um saber que autoriza a governar o processo de trabalho, isto é, a dirigir o trabalho da família. Esse saber é transmitido à “força-de-trabalho”, aos filhos que, ao trabalhar, estão-se constituindo também em “conhecedores plenos”. Ademais, entre os sitiantes, governar é um processo ideológico: filhos após certa idade, conhecem o processo de trabalho tanto quanto o pai, como o fazem também as mulheres ou os eventuais assalariados (WOORTMANN e WOORTMANN, 1997, p.13).

Neste caso, a direção do processo do trabalho é determinada pelo pai de família, detentor do governo do trabalho. Quando o homem define a direção do trabalho, ele detém o controle do processo como um todo. O pai de família é socialmente concebido como aquele que possui o conhecimento necessário para a realização da produção. “Esse conhecimento é condição própria da posição de pai de família, que repousa não somente na posse da terra – ele é também o dono -, mas igualmente no saber que a torna terra de trabalho.” Os outros membros adultos, os homens e frequentemente as mulheres, também conhecem todas as etapas do processo produtivo, tanto na lavoura, quanto no criatório do gado. “Mas o pai de família é como o ‘dono’ do saber, componente da hierarquia familiar” (WOORTMANN e WOORTMANN, 1997, p.38-39).

Assim, o pai é “força plena” da família, não apenas por ser mais forte fisicamente, pois alguns filhos podem ter mais força física que o pai, “ele é ‘pleno’, porque a ideologia camponesa o define como aquele que ‘reúne’ todas as condições para participar de todo o processo de trabalho.” A transmissão desse saber aos filhos, esta associada aos ritos de passagem, não sendo a idade que determina a passagem de criança ou adolescente para a idade adulta, mas sim, a aquisição plena do saber (WOORTMANN e WOORTMANN, 1997, p.38-39).

Enquanto o pai governa, como detentor do saber, no processo de trabalho baseado na hierarquia familiar, o trabalho da mulher e das crianças fora de casa é denominado de ajuda. Os meninos começam a participar do processo produtivo, a ajudar o pai, a partir de dez ou onze anos, “o ciclo de vida menino-rapaz-homem é a transição da ajuda para o trabalho e eventual governo, associada a outras passagens com significado ritual, como [...] a migração e o casamento” (WOORTMANN e WOORTMANN, 1997, p.46).

No cotidiano de uma família camponesa, geralmente o pai organiza as atividades a serem feitas no roçado, enquanto a mãe fica encarregada das tarefas relacionadas com a casa. As atividades são iguais para todos os dias da semana, exceto sábados e domingos. O dia de trabalho começa às cinco e meia da manhã. Aqueles ligados aos trabalhos agrícolas se dirigem ao roçado, para cumprir as tarefas dirigidas pelo pai, enquanto a mãe ou algumas filhas designadas para as tarefas domésticas permanecem em casa preparando a primeira refeição do dia para todos os membros da família (HEREDIA, 1979, p.39).

A terra de trabalho, além da produção agrícola, nas propriedades de regime familiar, é um local de produção de agricultores. Em seus vários espaços ocorre um processo de ensino-aprendizagem, existe um circuito de aprendizagem; ou seja, trata-se de um local de treinamento para futuros sitiantes. A passagem espacial entre as diversas culturas na propriedade marca uma passagem no ciclo de vida, seguindo a hierarquia entre uma força de trabalho plena – o pai – e uma força de trabalho complementar, ainda em formação – o filho. O gerenciamento da produção continua a ser do pai, e o filho geralmente assume a “direção” do processo de trabalho quando for casado e responsável por sua família (HEREDIA, 1979, p.70-72).

As crianças se iniciam nesse circuito de aprendizagem no espaço do quintal, geralmente definido como domínio da mulher. Nesse espaço, recebem a atribuição de cuidar das galinhas, alimentando-as, recolhendo os ovos, etc. Dependendo da composição do grupo doméstico em seu ciclo de desenvolvimento e da compleição física da criança, esta entre sete e oito anos passa a cuidar da criação dos animais de médio porte, tais como ovelhas e cabras. Por volta dos dez anos de idade, podem receber um pedaço de terra para começar a “lidar com o gado”, e começam a ajudar o pai na feira carregando e descarregando produtos. As meninas, aos dez anos, frequentemente assumem boa parte das tarefas domésticas, a fim de liberar o tempo da mãe para as atividades da roça. O casamento para as moças geralmente ocorre entre os 14 e 15 anos (HEREDIA, 1979, p.73). No campesinato, terra, trabalho e família são elementos indissociáveis, e as trocas realizadas entre esses elementos propiciam a transmissão da herança do saber e sua continuidade através dos filhos, cuja passagem de criança para rapaz, e depois para homem adulto, está relacionada às próprias etapas do processo de trabalho dentro do grupo doméstico. Portanto, na análise do campesinato, não se deve confundir o conceito de criança e adolescente utilizado pelo senso comum e pelas políticas públicas para erradicação do trabalho infantil de forma generalizada e indiscriminada.¹

“Aquilo que no mundo ocidental se define como adolescência, isto é, período de não-trabalho, não é característico do mundo dos sitiantes, nem do camponês em geral. A preparação para o *trabalho*, como adulto, faz-se pelo próprio fazer” (WOORTMANN e WOORTMANN, 1997, p.73); é a aprendizagem de ofício, na introdução do adulto pelo jovem. Esse próprio fazer se circunscreve no âmbito de categorias comuns às sociedades camponesas, como *terra, família e trabalho*. “Nas culturas camponesas, não se pensa a terra sem pensar a família e o trabalho, assim como não se pensa o trabalho sem pensar a terra e a família” (WOORTMANN, 1990).

Veremos, a seguir, a distribuição espacial da população rural da Região Sul e se as configurações dos domicílios ou estabelecimentos agrícolas apresentam um número mínimo de membros que permita a continuidade dessa reprodução do saber.

¹ Segundo o Dicionário Houaiss, “criança” é definida como o ser humano que se encontra na fase da infância, indivíduo que está na fase que vai do nascimento à puberdade; “infância”: período da vida que é legalmente definido como aquele que vai desde o nascimento até os 12 anos, quando se inicia a adolescência.

3 POPULAÇÃO RURAL DA REGIÃO SUL NAS DÉCADAS RECENTES

A Região Sul, como todo o país, vem sofrendo intensas modificações demográficas, especialmente nas últimas quatro décadas. Um processo que, em outros países, levou séculos para ocorrer, no Brasil ocorreu em poucas décadas. Nesse período, o meio rural se modificou rapidamente, com o forte êxodo das décadas de 1970 e 1980 e as transformações proporcionadas pelas políticas públicas e pela transição demográfica. Passamos de uma população rural e extremamente jovem em 1970 para uma população urbana e mais envelhecida em 2010; de uma família numerosa com média de cinco membros por família, para uma família com cerca de três membros.

Segundo os resultados definitivos do universo do Censo Demográfico 2010, a população rural da Região Sul apresentou, em 2010, um contingente de 4.125.995 habitantes, correspondente a 15,1% da população brasileira. O Rio Grande do Sul abriga 39,1% da população da Região Sul, o Paraná 37,1% e Santa Catarina 23,8%. No Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, a população rural em 2010 representava o equivalente a 15%, 16% e 15%, respectivamente.

Os dados censitários expressam particularidades na distribuição espacial desta população entre as mesorregiões geográficas, sendo que a mesorregião Noroeste Rio-Grandense, localizada no Rio Grande do Sul, apresenta o maior contingente populacional absoluto entre as mesorregiões da Região Sul, com uma população de 557 mil habitantes, ou 14% da população rural da Região Sul. Além desta região, destaca-se a Oeste Catarinense com 340 mil habitantes, 8% da população rural da Região Sul e as mesorregiões Metropolitana de Curitiba (PR) e Metropolitana de Porto Alegre (RS), ambas com 7% da população.

Na década de 2000, a população rural sofreu uma redução de 13,8%, com diminuição absoluta de 659.622 habitantes, sendo que 42% (276.176 mil habitantes) desta diminuição ocorreu no Rio Grande do Sul, acompanhado do Paraná, com 37% (245.540 mil habitantes), e de Santa Catarina, com 21%.

Entre as mesorregiões, destaca-se a forte perda populacional absoluta ocorrida na mesorregião Noroeste Rio-Grandense, que representa o equivalente a 20% da diminuição populacional da Região Sul, seguida pelas mesorregiões Oeste Catarinense e Metropolitana de Porto Alegre, com 11% e 10%, respectivamente.

Em relação às taxas de crescimento populacional da última década, observa-se que a Região Sul apresentou um decréscimo populacional rural de -1,48% ao ano, com o Rio Grande do Sul tendo a taxa mais negativa (-1,58%) entre os três estados. De modo geral, as taxas de crescimento, embora continuem negativas, são menores que aquelas da década de 1990 (tabela 1), mostrando que, para além das influências das migrações campo-cidade, a população tem sofrido forte envelhecimento populacional, em decorrência principalmente da diminuição das taxas de fecundidade.

TABELA 1 - POPULAÇÃO RESIDENTE E TAXAS ANUAIS DE CRESCIMENTO GEOMÉTRICO DA POPULAÇÃO, SEGUNDO SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO - PARANÁ, SANTA CATARINA, RIO GRANDE DO SUL E REGIÃO SUL - 1991/2000 E 2000/2010

PERÍODO	TAXA ANUAL DE CRESCIMENTO GEOMÉTRICO (%)							
	Região Sul		Paraná		Santa Catarina		Rio Grande do Sul	
	Total	Rural	Total	Rural	Total	Rural	Total	Rural
1991/2000	1,43	-1,98	1,40	-2,58	1,87	-1,74	1,23	-1,52
2000/2010	0,87	-1,48	0,88	-1,50	1,55	-1,30	0,49	-1,58

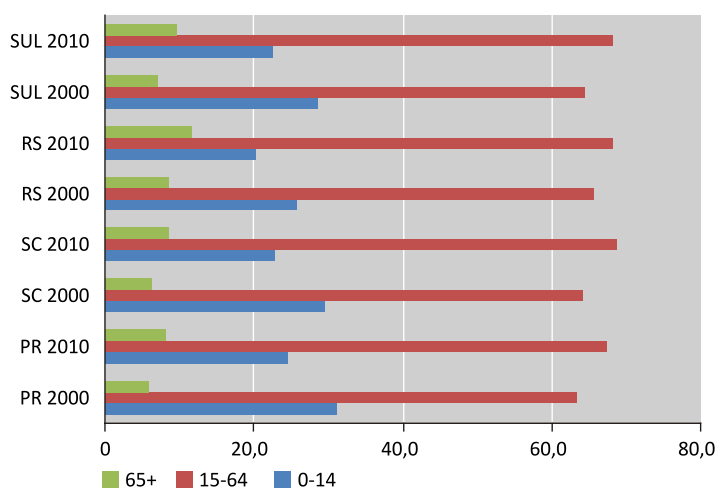
FONTE: IBGE - Censos Demográficos - Resultados da Amostra

Da mesma forma que na população rural, a população total vem apresentando acentuado envelhecimento. Este fenômeno é observado com mais ênfase no Rio Grande do Sul, que, além de ter uma taxa de crescimento mais negativa, apresentou uma das menores taxas de crescimento da população total (0,49%). Destaca-se ainda que este crescimento se deve principalmente à Região Metropolitana de Porto Alegre (0,63%), enquanto nos municípios não metropolitanos do Rio Grande do Sul a taxa de crescimento é quase nula (0,16%).

Nas últimas décadas, a população rural da Região Sul apresentou acentuada transformação em sua estrutura demográfica, passando de uma população com elevada proporção de jovens para um aumento dos grupos idosos na composição de sua população.

Ao se analisarem os principais grupos etários da população rural da Região Sul, observa-se no ano de 2000 que 28,6% da população rural da região estava no grupo etário de 0-14 anos, enquanto a população potencialmente ativa (15-64 anos) representava 64,4%, e a população idosa (65 anos e mais), 7,0%. Dos três estados, o Rio Grande do Sul já apresentava a menor proporção de população jovem (25,8%) e a maior proporção da população idosa (8,7%), tendo uma estrutura populacional mais envelhecida que a dos outros dois estados. Em 2010, o Rio Grande do Sul continua a ser o estado mais envelhecido da Região Sul, com 11,6% da população no grupo etário de 65 anos e mais, enquanto nos estados do Paraná e de Santa Catarina estes valores são de 8,1% e 8,6%, respectivamente (gráfico 1).

GRÁFICO 1 - POPULAÇÃO RESIDENTE, SEGUNDO GRANDES GRUPOS ETÁRIOS - REGIÃO SUL - 2000 E 2010

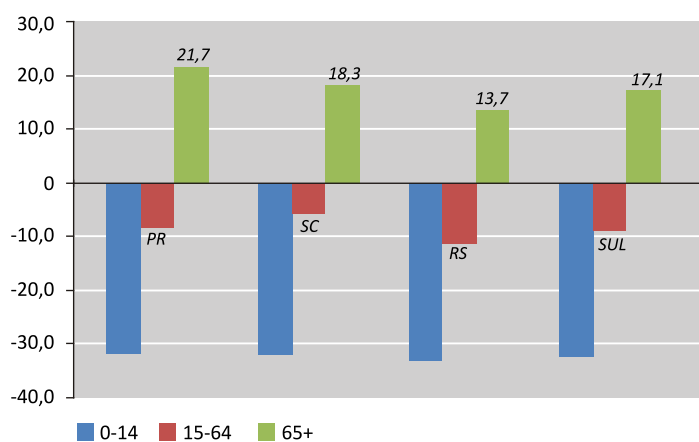


FONTE: IBGE - Censos Demográficos
 NOTA: Elaboração dos autores.

Analisando-se a diminuição populacional dos grupos etários, ao longo da última década, é possível observar uma redução de -32,4% na população de 0-14 anos na Região Sul, valores estes semelhantes para os três estados do Sul. A população potencialmente ativa (15-64 anos) apresentou uma redução de -8,9%, sendo que o Rio Grande do Sul tem a maior queda (-11,2%), seguida pelo Paraná (-8,2) e por Santa Catarina, com a menor queda (-5,9%).

Em relação às variações populacionais dos três grupos etários citados, é notável o crescimento da população idosa (65 anos e mais), que teve um aumento positivo de 17,1% na Região Sul, fenômeno que tem sido observado com maior ênfase no Estado do Paraná (21,7%), como já destacado por Magalhães e Cintra (2010), Cintra *et al.* (2010) e Moura *et al.* (2011). Os outros estados já apresentavam maior envelhecimento populacional no início da década de 2000. No período, Santa Catarina apresentou um crescimento de 18,3% enquanto o Rio Grande do Sul, 13,7% – este último, o mais envelhecido entre todos, vem se destacando no processo de envelhecimento da região, conforme apontado por Mammarella *et al.* (2010). Este processo de envelhecimento populacional é uma tendência observada também em outras regiões do Brasil, principalmente nas Regiões Metropolitanas de São Paulo (PASTERNAK, 2011) e Minas Gerais (MENDONÇA e CAETANO, 2011) (gráfico 2).

GRÁFICO 2 - VARIÇÃO PERCENTUAL DA POPULAÇÃO RESIDENTE, SEGUNDO GRANDES GRUPOS ETÁRIOS - REGIÃO SUL - 2000 E 2010



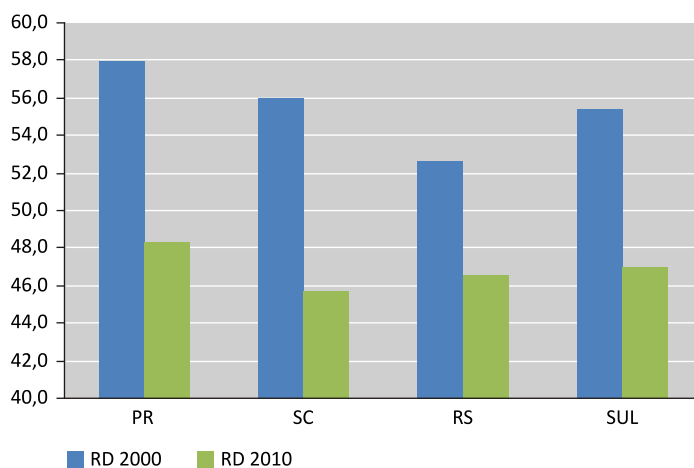
FONTE: IBGE - Censos Demográficos
 NOTA: Elaboração dos autores.

O grupo etário mais jovem (0-14 anos) junto com a população de 65 e mais compõe a chamada população economicamente dependente, enquanto o grupo etário de 15 a 64 anos é denominado de população potencialmente produtiva. A relação entre esses dois grandes grupos populacionais tem potencializado o chamado “bônus demográfico” ou “janela de oportunidade demográfica”. Esses termos, embora tradicionais no âmbito do planejamento público apoiado em indicadores demográficos, se tornaram mais presentes com a veiculação do Censo Demográfico 2010. O bônus demográfico é resultante da relação de dependência entre população economicamente dependente e população potencialmente produtiva, denominada Razão de dependência (CINTRA, 2010).

Atualmente, tanto na Região Sul quanto nos três estados separadamente, o número de dependentes para cada 100 pessoas potencialmente ativas é menor que 50, proporção que deve se estabilizar na próxima década até sua inversão, com o aumento da participação do grupo etário idoso na população.

Segundo ALVES (2008), a janela de oportunidade demográfica é temporária; ou seja, nas próximas décadas, com o aumento da população idosa, serão demandadas políticas públicas específicas para a terceira idade, e os custos previdenciários serão maiores, necessitando alterações na legislação previdenciária vigente. Para o autor, não houve uma preparação em relação à capacitação de mão de obra visando ao aproveitamento da atual população ativa no mercado de trabalho, pois as empresas estão exigindo determinadas qualificações profissionais que hoje não se encontram disponíveis. Novas políticas educacionais, embora possam reduzir no médio prazo a distorção entre demanda ocupacional e população em idade ativa, não permitirão o aproveitamento da janela de oportunidades em sua totalidade (gráfico 3).

GRÁFICO 3 - RAZÃO DE DEPENDÊNCIA - REGIÃO SUL - 2000 E 2010



LEGENDA: ■ RD 2000 ■ RD 2010
FONTE: IBGE - Censos Demográficos
NOTA: Elaboração dos autores.

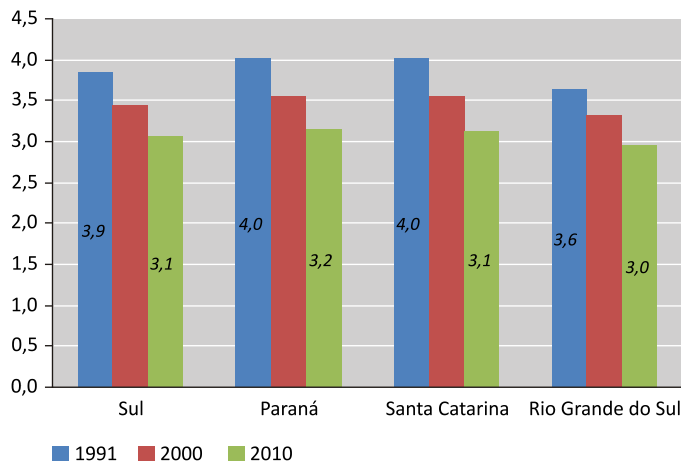
Se por um lado a diminuição da população economicamente dependente (grupos etários jovens e idosos) tem sido interpretada como um “bônus” demográfico do ponto de vista das políticas públicas, principalmente aquelas de cunho social, por outro, traz consigo inquietações acerca da reprodução do saber no seio das famílias que residem no meio rural, em especial das famílias ligadas à agricultura familiar.

A diminuição do grupo etário mais jovem, seja através dos movimentos migratórios ou pela queda da taxa de fecundidade, tem contribuído para a diminuição do número de membros por família, chegando num ponto em que se por um lado ainda temos configurações familiares com um número considerável de moradores para os padrões atuais, por outro lado, os novos arranjos familiares devem fazer parte do debate relacionados a estas famílias.

4 MÉDIA DE MORADORES POR DOMICÍLIO

Ao longo dos últimos 20 anos, a média de moradores em domicílios rurais² na Região Sul caiu de 3,9 para 3,1 moradores, sendo que nos estados do Paraná e Santa Catarina os valores são semelhantes, e no Rio Grande do Sul, desde 1991, este indicador é o mais baixo entre os três estados (gráfico 4).

GRÁFICO 4 - NÚMERO MÉDIO DE MORADORES EM DOMICÍLIOS RURAIS - REGIÃO SUL - 1991, 2000 E 2010



FONTES: IBGE - Censos Demográficos
NOTA: Elaboração dos autores.

Embora, do ponto de vista puramente matemático, tenha havido redução de “um morador”, do ponto de vista demográfico, esta redução demonstra que os estados estão em processo de transição demográfica,³ influenciados principalmente pela queda da fecundidade. A reprodução das famílias, e em especial a transmissão do saber na agricultura familiar, depende do número de membros da família.

De acordo com alguns estudos,⁴ a reprodução de uma família depende de uma taxa de fecundidade de 2,1 filhos por mulher. Como os estados da Região Sul já vêm apresentando uma taxa de fecundidade inferior ao nível de reposição, a estrutura etária da população vem envelhecendo.

Do ponto de vista da reprodução do saber, dentro das configurações possíveis de arranjos familiares, deduz-se dos estudos clássicos que as famílias devem ter ao menos a figura do pai e do filho do sexo masculino, para que ocorra a transmissão dos saberes relacionados ao sexo masculino, e da figura da mãe e de um membro do sexo feminino para garantir a transmissão dos saberes do sexo feminino. Neste sentido, o ideal seria manter o tamanho tradicional das famílias, com a figura do pai, da mãe e de dois filhos. As configurações existentes hoje no meio rural, e que serão aprofundadas com

² Foram considerados no cálculo da média os domicílios particulares (permanentes e improvisados) ocupados e seus moradores.

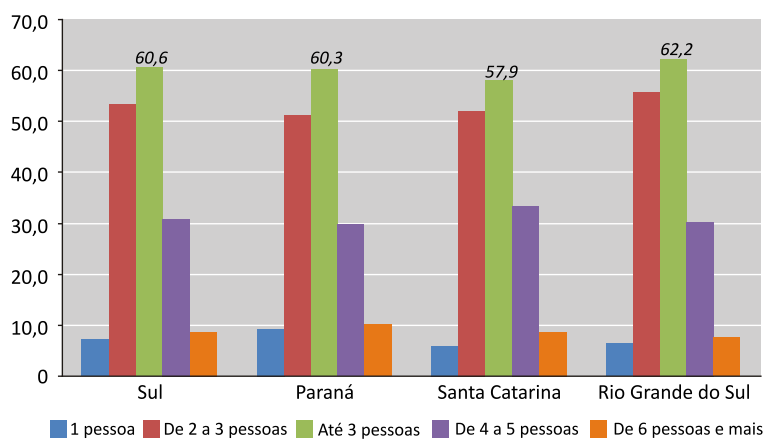
³ Cf. Alves (2008) e Magalhães e Cintra (2010).

⁴ Cf. Siegel, Jacob S. Swanson, David A. (eds.) **The methods and materials of demography**. New York, Academic Press, 2004. Caselli, Graziella; Vallin, Jacques and Guillaume Wunsch (eds) **Demography: analysis and synthesis: a treatise in population studies**. New York: Academic Press, 2006. Demeny, Paul e McNicoll, Geoffrey (eds.) **Encyclopedia of Population**. New York: MacMillan, 2003.

a análise dos resultados da Amostra do Censo Demográfico, permitirão identificar quais são os tipos de reprodução do saber possíveis atualmente nas famílias rurais.

Esta redução no número de membros era também observada nos resultados do Censo Agropecuário de 2006, que apontava maior participação de pessoal ocupado em estabelecimentos agropecuários,⁵ com laços de parentesco com o produtor, localizado nos grupos de famílias com até três moradores, 60,6% dos estabelecimentos da Região Sul (gráfico 5).

GRÁFICO 5 - PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DOS ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS, SEGUNDO O NÚMERO MÉDIO DE PESSOAL OCUPADO - REGIÃO SUL - 2006



FONTE: IBGE - Censo Agropecuário 2006
 NOTA: Elaboração dos autores.

Essa diminuição do número de membros terá influência direta na agricultura familiar, podendo em alguns domicílios dificultar a reprodução social da propriedade, levantando questões sobre os novos arranjos familiares e sua relação com os conceitos clássicos da agricultura familiar.

Nos domicílios onde já existe uma população envelhecida, há a necessidade cada vez maior da contratação de pessoal para o trabalho na agricultura, cuidado com os animais e para conservar a propriedade. Este fato, que demanda pesquisas mais aprofundadas, pode estar relacionado com o avanço de atividades agrícolas que exigem menos tratamentos culturais, por exemplo, o aumento da área cultivada de soja em propriedades familiares.

CONCLUSÕES

As informações estatísticas disponíveis permitem inferir que, na maioria das famílias rurais, o número de membros encontra-se reduzido, o que dificultará a reprodução do saber nos estabelecimentos agropecuários. Porém, numa parcela considerável de domicílios (39,4%), o número de membros indica possibilidades de manutenção e transmissão das lógicas de reprodução do saber, que se alinham aos estudos clássicos da agricultura familiar e do campesinato.

⁵ Estabelecimentos em que a condição do produtor era de proprietário e o pessoal ocupado residia no estabelecimento.

Entre os arranjos possíveis de serem encontrados atualmente, o mais comum (em 60,6% dos domicílios rurais) tem sido aquele em que reside no domicílio o casal com um filho, ou outras configurações de até três pessoas. O detalhamento destes arranjos domiciliares deve ser aprofundado com a divulgação dos microdados da Amostra do Censo Demográfico, que também trará indicativos das mudanças ocupacionais ocorridas nas últimas décadas, bem como deverá esclarecer se parte destes domicílios vem sendo ocupada pelos chamados moradores neorrurais.

Entre os três estados pesquisados, é preocupante o aumento dos domicílios rurais com apenas um morador no Estado do Paraná, resultado que deve ser aprofundado para se verificarem as demandas relacionadas à assistência social.

No âmbito dos estudos rurais, dadas as transformações que vêm ocorrendo na população do meio rural, os estudos de base demográfica devem ser incorporados nas políticas públicas de desenvolvimento rural.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. Agricultura familiar e o uso do solo. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo: SEADE, v.11, n.2, p.73-78, abr./jun. 1997.

ALVES, José Eustáquio Diniz. (2008). **A transição demográfica e a janela de oportunidade**. São Paulo: Instituto Fernand Braudel, 2008.

BAZOTTI, A.; NAZARENO, L. R.; CINTRA, A. P. U. Um ensaio sobre as famílias agrícolas paranaenses a partir das PNADs 1992, 1998, 2005 E 2007. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba: IPARDES, n.117, p.123-145, 2009.

CAMARANO, Ana Amélia; ABRAMOVAY, Ricardo. Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil - panorama dos últimos 50 anos. Rio de Janeiro: IPEA, 1999 (**Texto para Discussão**, 621).

CASELLI, Graziella; VALLIN, Jacques and WUNSCH, Guillaume (Eds.). **Demography: analysis and synthesis: a treatise in population studies**. New York: Academic Press, 2006.

CHAYANOV, Alexander V. Sobre a teoria dos sistemas econômicos não capitalistas. In: SILVA, José Graziano; STOLCKE, Verena (Org.). **A questão agrária**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

CINTRA, Anael Pinheiro de Ulhôa. População e planejamento - o bônus demográfico. **Comunicados para o Planejamento**, n.10, maio 2011. Curitiba: IPARDES, 2011.

CINTRA, Anael Pinheiro de Ulhôa; MAGALHÃES, Marisa Valle; MOURA, Rosa; RODRIGUES, Ana Lúcia. Primeiras impressões sobre o censo 2010 no Paraná. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, n.118, p.113-138, jan./jun. 2010.

DEMENY, Paul e MCNICOLL, Geoffrey (Eds.). **Encyclopedia of Population**. New York: MacMillan, 2003.

HEREDIA, Beatriz Maria Alásia de. **A morada da vida: trabalho familiar de pequenos produtores do nordeste do Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

IBGE. **Banco de dados agregados**. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br>>. Acesso em: 9 mar. 2012.

IBGE. Censo Demográfico 2010: **Resultados do Universo**. Rio de Janeiro, 2011.

MAGALHÃES, Marisa V. **O Paraná e suas regiões nas décadas recentes: as migrações que também migram**. Tese (Doutorado) - UFMG/CEDEPLAR. Belo Horizonte, 2003.

MAGALHÃES, Marisa V.; CINTRA, Anael P. de U. **Dinâmica demográfica do Paraná: tendências recentes, perspectivas e desafios**. **Nota técnica, 14**, Curitiba: IPARDES, 2010.

MAMMARELLA, Rosetta *et al.* **O estado do Rio Grande do Sul e sua Região Metropolitana no censo 2010**. Rio de Janeiro: Observatório das Metrôpoles, 2011. Disponível em: <http://web.observatoriodasmetropoles.net/download/DEMOGRAFIA_RGS_E_RMPA%202000_2010.pdf>. Acesso em: 30 mar. 2012.

MENDONÇA, Jupira; CAETANO, André Junqueira. **Minas Gerais e a Região Metropolitana de Belo Horizonte no Censo 2010**. Rio de Janeiro: Observatório das Metrôpoles, 2011. Disponível em: <http://www.observatoriodasmetropoles.net/download/RMBH_Censo_2010.pdf>. Acesso em: 30 mar. 2012.

MOURA, *et al.* **O Estado do Paraná no Censo 2010**. Rio de Janeiro: Observatório das Metrôpoles, 2011. Disponível em: <http://www.observatoriodasmetropoles.net/download/PR_Censo2011.pdf>. Acesso em: 25 fev. 2012.

PASTERNAK, Suzana. **O Estado de São Paulo no Censo 2010**. Rio de Janeiro: Observatório das Metrôpoles, 2011. Disponível em: <http://web.observatoriodasmetropoles.net/download/Censo_2010_Sao_Paulo.pdf>. Acesso em: 30 mar. 2012.

SCHNEIDER, Sérgio. Teoria social, agricultura familiar e pluriatividade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo: ANPOCS, v.18, n.51, p.99-122, 2003.

SIEGEL, Jacob S.; SWANSON, David A. (eds.) **The methods and materials of demography**. New York, Academic Press, 2004.

WANDERLEY, Maria Nazareth Baudel. **Raízes históricas do campesinato brasileiro**. Apresentado ao 20º Encontro Anual da ANPOCS, Grupo de trabalho - Processos sociais agrários. Caxambu, out. 1996. Disponível em: <<http://gipaf.cnptia.embrapa.br/publicacoes/artigos-e-trabalhos/nazareth96-1.pdf/download>>. Acesso em: 30 mar. 2012.

WOORTMANN, Ellen. F. **Herdeiros, Parentes e Compadres**. São Paulo: Hucitec: Editora Universidade de Brasília, 1995.

WOORTMANN, Ellen; WOORTMANN, Klaas. **O trabalho da terra**: a lógica e a simbólica da lavoura camponesa. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1997.

WOORTMANN, Klass. Com Parente Não Se Neguceia. **Anuário Antropológico**, Rio de Janeiro, n.87, Editora Tempo Brasileiro: Universidade de Brasília, 1990.